

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 3.249, DE 2008

Dispõe sobre o comércio ilegal de madeira.

Autora: Deputado SILVINHO PECCIOLI

Relator: Deputado JURANDIL JUAREZ

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, busca essencialmente suspender o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de quem comercializa ou industrializa madeira nativa extraída ilegalmente.

O art. 1º da proposição dispõe que o estabelecimento comercial ou industrial que vender ou industrializar madeira nativa extraída ilegalmente, sem comprovação da documentação exigida, terá suspenso por 180 dias o seu CNPJ. Ademais, o parágrafo único do dispositivo determina que o CNPJ será cancelado em caso de reincidência da infração.

O art. 2º do projeto estabelece que o diretor e o sócio-gerente do referido estabelecimento não poderão constituir novo empreendimento com personalidade jurídica até a conclusão da apuração dos fatos.

Por fim, o art. 3º dispõe que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificação do autor, se a reserva legal prevista no Código Florestal fosse mantida, estaria garantida a conservação de pelo menos 80% da vegetação das áreas de florestas da Amazônia Legal, 35% das áreas de Cerrado e 20% dos demais biomas brasileiros. Todavia, o descumprimento das determinações legais, especialmente no que tange à autorização para desmatamento e ao controle do transporte de madeira, ocorreriam em larga escala no País. Na Amazônia, 60% da madeira extraída seria destinada ao mercado nacional, e seu bioma forneceria 85% da madeira nativa que abastece a indústria nacional, exceto lenha e carvão. Portanto, além do monitoramento e da fiscalização dos órgãos ambientais nas áreas rurais, seria preciso estimular o consumo responsável da madeira. Ainda conforme o autor, as empresas que beneficiam e vendem o produto também devem ser induzidas a exigir a documentação correta dos que o transportam e distribuem. Desta forma, considera que a medida proposta forçaria as indústrias e comerciantes a investigar melhor a origem da madeira que adquirirem, contribuindo para a conservação dos recursos naturais brasileiros e da biodiversidade em especial.

O Projeto, que tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva e foi distribuído às comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição tramitou inicialmente neste Colegiado, quando houve a sua redistribuição face à revisão do despacho inicial da Mesa Diretora que incluiu a sua apreciação pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, que pronunciou-se pela rejeição do projeto nos termos do parecer do relator.

Nesta Comissão, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise trata de tema de grande relevância para o País, pois busca coibir o comércio ilegal de madeira e, assim, contribuir para a preservação dos biomas brasileiros.

Com efeito, a questão da exploração ilegal de madeira acarreta profundos prejuízos ao País como um todo, denotando a necessidade de um efetivo combate à essa prática criminosa. Esse combate passa inclusive pelo estímulo ao consumo responsável do produto, no qual, nas próprias palavras do autor, as empresas que beneficiam e vendem madeira dever também ser induzidas a exigir a documentação correta dos que a transportam e distribuem.

Trata-se, assim, de questão de relevante interesse público em que claramente se observam as elevadas intenções do autor na apresentação da proposição que ora apreciamos.

Todavia, consideramos que, apesar desses aspectos, o tema já vem sendo suficientemente regulado por meio da legislação ambiental em vigor no País. A mera apresentação de novos dispositivos legais, por si só, não tem o condão de solucionar graves problemas relativos ao exercício da fiscalização ambiental e ao descumprimento da Lei. Entendemos que esses aspectos contribuíram para que o projeto fosse rejeitado no âmbito da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, que nos precedeu.

Como bem apontado pelo relator daquele Colegiado, o art. 46 da Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais – já tipifica como crime a conduta de que trata a proposição em análise, qual seja, a venda ou industrialização de madeira nativa extraída ilegalmente, sem comprovação da documentação exigida pela legislação ambiental. Ademais, o art. 8º do referido diploma legal relaciona, dentre as penas restritivas de direitos para quem a pratica, a suspensão parcial ou total de suas atividades. Esse procedimento também é caracterizado como infração administrativa nos termos Decreto nº 6.514, de 2008, que *“dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências”*.

A propósito, pode ainda ser mencionado o Decreto nº 6.321, de 2007, que estabelece diversas ações, efetuadas com a participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, voltadas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento da Amazônia. Esse Decreto

possibilita que sejam reunidos dados e informações para monitorar a ocorrência de desmatamentos ilegais, sendo que os detentores de imóveis que descumprirem as disposições da norma poderão ter seus respectivos cadastros inibidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, até a sua regularização.

Em suma, concordamos com o posicionamento exarado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, no sentido de que a legislação em vigor apresenta suficientes dispositivos legais que buscam preservar os biomas brasileiros e que já estabelecem sanções aos infratores.

Assim, pelo exposto, em que pesem as nobres intenções do autor, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.249, de 2008.**

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado JURANDIL JUAREZ
Relator